

## CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

### **CÂMARA TÉCNICA DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CTINS /CERH**

#### **Ata da Reunião CTINS/CERH nº19/2025**

No dia 03 de dezembro de 2025, às 09h30, realizou-se, em formato híbrido, por meio da plataforma Zoom, a 19ª Reunião da Câmara Técnica dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos – CTINS/CERH. De início, o Coordenador da CTINS/CERH, Sr. Tiago Bacovis, procedeu à abertura da reunião, passando em seguida a palavra ao Secretário Executivo, Sr. Alex Justus da Silveira, para realizar a chamada nominal dos presentes. Foi registrada a presença dos seguintes membros: Sr. Tiago Bacovis, Coordenador da CTINS/CERH e representante do Instituto Água e Terra (IAT); Sra. Maria Cristina Bittencourt (SEED); Sr. Milton Luiz Brero de Campos (AMEP); Sr. Hermam Vargas Silva (ABAS); e o Sr. Nicolás Lopardo (SANEPAR). Também participaram da reunião a Sra. Valéria Santana Santos e Sra. Jacilene Gomes Moreira, representantes da Assessoria da Secretaria Executiva do CERH, bem como a Sra. Bianca Olischevis, servidora da Gerência de Bacias Hidrográficas do Instituto Água e Terra – GEBH/DISAR/IAT. Verificada a conformidade com o art. 22 do Regimento Interno do CERH, que exige a presença de, no mínimo, metade dos membros da Câmara Técnica para legitimar a abertura dos trabalhos, e constatada a participação de 5 dos 10 representantes titulares da CTINS, deu-se início às atividades técnicas da reunião. Ato contínuo, o Coordenador da CTINS deu prosseguimento ao item 3 da pauta, referente à aprovação da Ata da Reunião CTINS/CERH nº 18/2025, propondo a dispensa de leitura, tendo em vista o envio prévio do documento a todos os membros. A ata foi colocada em votação e, não havendo manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade. Passando ao item 4 da pauta, referente à análise e deliberação acerca das sugestões de complementação e/ou retificação da Resolução Conjunta SEDEST/IAT/SEFA nº 19/2024, o Secretário Executivo, Sr. Alex Justus, apontou que a Resolução encaminhada a todos na semana anterior já contou com as contribuições que foram apresentadas no início das atividades de análise do manual pela SANEPAR e pelo CEDEA, sendo essa versão apresentada a última versão, questionando, ao final, se os participantes conseguiram fazer uma análise prévia. Em resposta o Sr. Nicolás Lopardo sugeriu que fosse analisada a minuta na presente reunião. O Sr. Alex Justus apontou que no artigo 2º da minuta, que trata do percentual mínimo de 80% arrecadado a ser direcionado para o respectivo comitê de bacia, o CEDEA se comprometeu a escrever um parágrafo contemplando a destinação dos 20% restantes do recurso, no entanto não houve apresentação de nenhuma sugestão. Questionou então se manteria a escrita do parágrafo único ou se poderia ser mantido o texto como estava. Em resposta o Sr. Nicolás Lopardo mencionou que o manual não é para deliberar sobre a cobrança, mas para discorrer sobre os recursos arrecadados no Fundo Estadual de Recursos Hídricos, senão iria começar a ser deliberado sobre um assunto que não é objeto direto do manual.

## CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

O Sr. Hermam Vargas afirmou que o Sr. Nicolás Lopardo tinha razão em parte sobre sua afirmação, mas que também teria receio das coisas que não acontecem. No entanto, afirma que o Sr. Sr. Nicolás Lopardo tem razão em sua afirmação. O Sr. Alex Justus questiona então se a referida disposição expressa no artigo 2º já estaria prevista em lei, e no caso afirmativo, sua inserção seria apenas para reforçar pois não se pode inovar o ordenamento jurídico por meio de Resolução. A Sra. Bianca Olischevis observou que, quando a Câmara Técnica estava elaborando a resolução, os participantes decidiram manter esse ponto pois havia certa dificuldade em compreender o que seria o recurso proveniente do Fundo e o que seria o recurso oriundo da cobrança. Porque a conta da cobrança é uma subconta do fundo, então acreditava que seria importante manter essa diferenciação. O Sr. Alex Justus então questionou se seria necessário um parágrafo único para complementar o artigo 2º. Após algumas discussões sobre o assunto, os participantes acordaram que os percentuais já estão taxativamente previstos na legislação e resolveram dar prosseguimento a análise do restante da resolução. Em seguida o Sr. Alex Justus observou que, no artigo 4º, houve sugestão de aprimorar o texto com algumas complementações. Nesse sentido, o Sr. Paulo Pizzi propôs a seguinte redação: “Aplicação em prol da gestão integrada de recursos hídricos, em conformidade com o Plano de Bacia e o Plano Estadual de Recursos Hídricos”. Em seguida, o Secretário Executivo Sr. Alex Justus questionou se haveria alguma complementação. No entanto, todos permaneceram de acordo com a redação proposta. Posteriormente, o Sr. Alex Justus destacou que havia sido incluída uma observação de que o financiamento de estudos deveria ser explicado melhor no manual. O Sr. Arthur confirmou que tal explicação havia sido inclusa no manual. Em seguida, o Sr. Alex Justus destacou uma observação inserida no artigo 5º sobre a verificação da tipificação da seleção no manual, levantada na Reunião nº 09/2025 da CTINS/CERH e que havia sido solicitada pela SANEPAR. Após discussões entre os integrantes sobre a necessidade de alguma adequação, os participantes concordaram que a redação proposta do artigo e parágrafo único já atenderiam o propósito. Desta forma, foi dado prosseguimento a análise da minuta com o apontamento do Secretário Executivo sobre uma observação no artigo 7º levantada na Reunião nº 09/2025 da CTINS/CERH sobre a exemplificação da tipificação de equipamentos mencionados. O Sr. Luiz Arthur então afirmou que no manual já estaria contemplada tais exemplificações. Desta forma, os participantes concordaram em dar prosseguimento. Em seguida, o Sr. Alex Justus destacou a observação sobre o artigo 9º levantada na Reunião nº 09/2025 CTINS/CERH, a respeito da tipificação no manual da questão dos custos administrativos. O Sr. Luiz Arthur ressaltou que essa situação foi inserida no manual, mas não com muita clareza e sugeriu que esse ponto fosse detalhado posteriormente no manual. Na sequência, o Sr. Alex Justus citou a observação sobre o artigo 10º levantada na Reunião nº 09/2025 da CTINS/CERH sobre a supervisão financeira. O Sr. Nicolás Lopardo explicou que essa observação foi inserida devido a necessidade da inclusão de um artigo que destacasse de quem seria a função de supervisão financeira do FRHI/PR. Nesse sentido, todos

## CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

83 concordaram com a inclusão do artigo 11 que traz a redação sobre esse assunto. Em  
84 seguida, o Secretário Executivo Sr. Alex Justus mencionou que todas as considerações  
85 que haviam ficado em aberto foram apresentadas e questionou se ainda haveria  
86 alguma complementação ou sugestão adicional de retificação ao texto da resolução. O  
87 Sr. Luiz Arthur solicitou que fosse incluído, no artigo 11, um parágrafo único  
88 mencionando que “as demais hipóteses referentes ao uso dos recursos do FRHI estão  
89 descritas no manual anexo a esta resolução”. No entanto, o Sr. Nicolás Lopardo sugeriu  
90 que tal redação fosse inserida como artigo 12, por tratar-se de assunto distinto do  
91 conteúdo do artigo 11. Dessa forma, os participantes acordaram com a inclusão da  
92 redação no artigo 12. Em seguida, o Coordenador da CTINS/CERH, Sr. Tiago Bacovis,  
93 colocou em deliberação a minuta de resolução com as sugestões avaliadas. Não  
94 havendo manifestações, a minuta da resolução conjunta foi aprovada por unanimidade.  
95 Posteriormente, deu prosseguimento ao item 5 da pauta, referente à análise e  
96 deliberação sobre as sugestões finais apresentadas no âmbito do Manual de Operações  
97 do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. O Coordenador, Sr. Tiago Bacovis, solicitou o  
98 posicionamento do Sr. Luiz Arthur sobre as sugestões enviadas pelo CEDEA. O Sr. Luiz  
99 Arthur destacou que se baseou no Fundo Estadual de Meio Ambiente e em outros fundos  
100 já existentes. Mencionou, ainda, que recursos provenientes de diversas condicionantes  
101 podem ser direcionados ao Fundo, como, por exemplo, aqueles originados do Ministério  
102 Público Federal. Os participantes sugeriram, adicionalmente, a inclusão do item “outros  
103 recursos com previsão legal”. O Sr. Alex Justus ressaltou que tais inclusões deveriam  
104 ser destacadas para análise mais criteriosa da assessoria técnico-jurídica, a fim de evitar  
105 qualquer ilegalidade. Em seguida, o Sr. Alex Justus colocou em debate uma eventual  
106 duplicidade citada pelo Sr. Hermam Vargas. Os participantes acordaram em unificar os  
107 dois itens na seguinte redação: “Recursos provenientes de operações de crédito e  
108 rendimentos decorrentes da aplicação de recursos e de financiamentos realizados pelo  
109 Estado em favor do Fundo”. Com a palavra, o Coordenador Tiago Bacovis, questionou  
110 se os participantes prefeririam realizar a deliberação por partes ou ao final da revisão do  
111 documento. Decidiu-se pela deliberação por partes. Dessa forma, foi colocado em  
112 deliberação o trecho do manual referente à Introdução, sendo aprovado por  
113 unanimidade, com as contribuições inseridas durante a reunião. Na sequência, o  
114 Secretário Executivo, Sr. Alex Justus, mencionou que havia outras considerações do  
115 CEDEA no item relacionado aos Objetivos do Manual. Após debate entre os  
116 participantes, definiu-se a seguinte alteração na redação inicialmente proposta: “(...)”  
117 desde que o uso do recurso seja voltado às finalidades relacionadas às questões  
118 hídricas. “Busca-se, com isso, garantir a resiliência hídrica do Estado frente às mudanças  
119 climáticas por meio do desenvolvimento humano equilibrado e justo, em consonância  
120 com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou outro plano de ação global  
121 equivalente proposto pela Organização das Nações Unidas (...)”. Em seguida, o Sr. Alex  
122 Justus abordou a próxima sugestão que estava relacionada à reescrita do inciso II.  
123 Depois das discussões, ficou definida a seguinte redação para o item 2: “II – Proteção e

## CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

124 Recuperação de Mananciais, Bacias Hidrográficas, Aquíferos e suas áreas de recarga:  
125 apoiar ações de recuperação ambiental, proteção de áreas de recarga e conservação de  
126 bacias hidrográficas e de superexploração – superficial e subterrânea, essenciais para  
127 garantir qualidade e quantidade de água.” A seguir, foi abordada a sugestão de alteração  
128 de redação do inciso V, também do item 2. Após o debate dos participantes, foi definida  
129 a seguinte redação: “V- Fortalecimento da Educação Ambiental e Participação Social:  
130 fortalecer a sensibilização, conscientização e o engajamento da sociedade, apoiando  
131 programas de Educação Ambiental voltados à valorização da água. A Educação  
132 Ambiental será promovida como metodologia aderente ao que está instituído no  
133 Programa Estadual de Educação Ambiental criada por meio do Decreto nº 11300/22, a  
134 Lei Estadual nº 17505/2013 e o decreto regulamentador nº 9958/2014, transversal de  
135 inovação e impacto, visando o desenvolvimento de uma cultura da sustentabilidade  
136 hídrica, a modificação de hábitos prejudiciais e a garantia da eficácia e permanência de  
137 longo prazo.” Com a palavra, o Coordenador Tiago Bacovis colocou em deliberação o  
138 trecho do manual relacionado ao item 2 – “Objetivos”, sendo aprovado por unanimidade.  
139 Em seguida, foi analisado pelo Conselho as sugestões propostas para o item 3 –  
140 “Participantes do Processo”. Após as devidas considerações e discussões entre os  
141 participantes, ficou decidida a inclusão dos seguintes termos no parágrafo inicial: “(...)”  
142 entidades do terceiro setor, instituições de ensino e entes municipais”. Com relação ao  
143 item 3.4 – “Comitês de Bacias Hidrográficas”, ficou definida a seguinte redação para o  
144 penúltimo parágrafo: “Importante salientar, ainda, que os Comitês de Bacias  
145 Hidrográficas só poderão solicitar recursos do FRHI/PR, regulamentados por este  
146 Manual de Operações, para projetos e ações que estejam contemplados nos Planos de  
147 Bacia. Nesta perspectiva, as ações e projetos dos Planos de Bacia deverão ser  
148 primeiramente custeados com recursos provenientes da Cobrança pelo Direito de Uso  
149 de Recursos Hídricos, regulamentado pelo Manual de Orientação da Aplicação dos  
150 Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, nos termos da Resolução CERH  
151 nº94/2015. Cabe destacar, nesse contexto, que no caso de o Comitê não contar com  
152 valores oriundos da cobrança, esse não poderá acessar o fundo, inclusive para questões  
153 emergenciais”. A seguir, foi analisada pelos participantes a proposta sugerida para o  
154 item 3.5 – “Entidades Externas”, sendo definida a seguinte redação: “Mediante realização  
155 de estudos, projetos, serviços, ações e obras enquadradas nos Planos das Bacias  
156 Hidrográficas e no PERH, são elegíveis as instituições da sociedade civil que tenham  
157 vínculo direto com ações de recursos hídricos: associações civis, fundações  
158 universitárias e cooperativas e as demais contempladas no item de exigibilidade, a  
159 exemplo de instituições de ensino superior, e que preencham os seguintes requisitos: -  
160 Constituição definitiva, há pelo menos 4 (quatro) anos, nos termos da legislação  
161 pertinente, excetuadas as Fundações e/ou Agências de Bacias Hidrográficas que  
162 atendam aos critérios estabelecidos por este manual; - Possuir, dentre suas finalidades  
163 principais, a proteção ao meio ambiente ou atuação na área dos recursos hídricos; -  
164 Atuação comprovada no âmbito do Estado ou da Bacia Hidrográfica; - Inscrição no

## CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

165 cadastro respectivo da sociedade civil, quando exigível”. Concluída a análise, o  
166 Coordenador Tiago Bacovis colocou em deliberação o item 3 do manual, sendo aprovado  
167 por unanimidade. Na sequência, foi analisado pelos participantes o item 4 – “Fases do  
168 Processo”. Foi proposta a inclusão do seguinte parágrafo: “Os escritórios regionais  
169 poderão receber proposições de Municípios e outras entidades elencadas neste  
170 Manual”. Além disso, foi alterada a redação da fase VII: “Anuência das propostas pelo  
171 Diretor-Presidente;” e a redação da fase X: “Aprovação do Plano de Aplicação pelo  
172 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/PR;”. Com a palavra, o Coordenador  
173 Tiago Bacovis colocou em deliberação o item 4, sendo aprovado por unanimidade.  
174 Diante do avançar do horário e por ainda haver contribuições de complementação do  
175 conteúdo a ser analisado, o Secretário Executivo propôs interromper a reunião no  
176 momento e agendar outra data para finalizar as deliberações. Nesse sentido, O  
177 Coordenador Tiago Bacovis questionou ao Secretário Executivo se ainda seria realizada  
178 a reunião ordinária do Conselho no presente ano. O Sr. Alex Justus respondeu que para  
179 o Manual não seria possível pois seria necessário concluir e encaminhar o material para  
180 a assessoria jurídica poder analisar a minuta da Resolução, conforme prevê o Regimento  
181 Interno do CERH. O Coordenador ponderou que seria então possível realizar uma  
182 reunião do Comitê ainda este ano, sendo agendada a 20ª Reunião da CTINS/CERH para  
183 dia 16/12/2025, às 09h30. O Sr. Alex Justus informou que restarão os itens 5 e 6 da  
184 pauta para a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o Coordenador agradeceu a  
185 participação de todos e declarou encerrada a reunião.